

DÍVIDA EXTERNA

Pastore afirma que FMI já aceitou o 2.065

EDGARDO COSTA REIS

Correspondente

WASHINGTON — Depois de dois dias de conversações no Fundo Monetário Internacional (FMI), o Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, anunciou ontem que os reajustes salariais e medidas fiscais do Decreto-Lei 2.065 foram aceitas pelo fundo, em suas avaliações preliminares.

Numa indicação de que a legislação encaixa-se na estratégia econômica para alcançar as metas negociadas com o FMI, Pastore assinou que continua marcada para o próximo dia 18 a reunião da Junta de Diretores do Fundo, para dar a aprovação final ao programa. Assim, depois de bloqueados cerca de oito meses, serão liberados cerca de US\$ 2,9 bilhões de empréstimo do FMI e de Bancos Comerciais.

— Não há dificuldade nenhuma, disse Pastore. — A lei salarial teve impacto, mas saímos com medidas fiscais. O Fundo já avaliou e, preliminarmente, deu seu OK.

Fontes do Fundo Monetário confirmaram a afirmação do Presidente do Banco Central brasileiro, princi-



palmente ao destacar que a avaliação era preliminar.

— Não se adotou nenhuma decisão, e é preciso haver mais informações dos técnicos brasileiros em relação ao cálculos sobre os efeitos novos da legislação. Mas é uma descrição correta da realidade — acrescentou a fonte, comentando a notícia dada por Pastore.

Pastore disse que as metas principais do programa foram checadas durante os dois dias de conversas

com o Diretor-Gerente Jacques de Larosière, e outro funcionário do Fundo. O FMI estabelece como critérios de desempenho a expansão do crédito interno (Banco Central), as reservas internacionais do País, e as necessidades de financiamento do déficit do setor público, não tendo, portanto, um desses critérios, o controle da inflação.

— Checamos as metas e estamos dentro delas, afirmou ontem Pastore.

O Brasil se comprometeu com o Fundo de reduzir em Cr\$ 19,3 trilhões (ou 2,7 por cento do Produto Interno Bruto), em valores absolutos, o déficit do setor público, em comparação com seis por cento do PIB, em 1982. O déficit público é medido, pelo FMI, através das necessidades de financiamento, e não pelo déficit operacional.

— Ainda que possa haver uma variação entre as necessidades de financiamento e o déficit operacional, admitiu Pastore, o que vale é o operacional, que está sob controle.

Também a política monetária está dentro dos 90 por cento de expansão, e as reservas poderão ser compostas com o pacote que se negocia, disse o Presidente do Banco Central.